

SEGUNDO A MINISTRA LETÍCIA KLEMENS ITIE influenciou reporte de receitas

A IMPLEMENTAÇÃO da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE) em Moçambique influenciou na introdução de plataformas cada vez mais eficientes na arrecadação e reporte de receitas.

Noticias
Economia
20.01.2017
Pág: 08
29.949



Letícia Klemens

A Ministra dos Recursos Minerais e Energia, Letícia Klemens, que revelou o facto, afirmou que essa situação foi possível graças à aproximação que a ITIE permitiu entre o Governo e empresas do sector mineiro.

“Na mesma esteira de ganhos cita-se a decisão de publicar todos os contratos do sector extractivo, a introdução de uma plataforma informática aberta no sistema de cadastro mineiro, que permite a visualização de áreas disponíveis a partir de qualquer ponto do mundo e candidatura respeitando o princípio de ‘primeiro a chegar, primeiro a ser servido’, só para mencio-

nar alguns exemplos”, disse.

A governante, que falava esta semana, em Maputo, durante uma sessão extraordinária do Comité de Coordenação do ITIE, por ocasião de uma visita que o presidente da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva Internacional, Fredrik Reinfeldt, efectuou ao nosso país, classificou o relatório da ITIE de “documento público no país com informação contextual geral da indústria extractiva e sobre receitas, referente a um dado exercício económico, condensada e sintetizada, o que o torna didáctico e de consulta por excelência”.

“Todavia, não é acessível à

toda a gente devido à sua tecnicidade. Mas é um desafio, coincidente com o padrão da ITIE, esmiuçá-lo, tornando o seu conteúdo acessível às comunidades menos letradas, com primazia para as que se encontram em zonas com actividade mineira e petrolífera”, frisou.

De referir que a visita de Fredrik Reinfeldt surge num contexto económico adverso.

À semelhança de outras áreas de actividade, a ITIE Moçambique teve ao longo de 2016 a maior recessão de actividades de sempre, sobretudo devido aos cortes e disponibilização tardia do parco orçamento que é destinado à implementação da

iniciativa, aos financiamentos ‘ad hoc’ pelos parceiros, resultantes do término das plataformas de financiamento e preparação para a introdução de novas; e à reflexão interna das melhores medidas para garantir sustentabilidade na implementação da iniciativa sem prejudicar a sua composição, autonomia e fidedade ao padrão internacional.

“Ao longo do ano de 2017, esperamos renovar a composição do Comité de Coordenação, cumprindo a previsão dos termos de referência e ajustar a representação do Governo à actual estrutura das áreas de governação, logo após o processo de validação, o qual acreditamos

que irá confirmar a manutenção de Moçambique no estatuto de país cumpridor”, disse Letícia Klemens.

A governante acrescentou que os termos de referência se encontram em processo de revisão para que o Comité de Coordenação possa acomodar mais actores importantes na indústria extractiva.

Segundo ela, a angariação de capacidades para a efectivação do estudo e implementação do e-reporting é um dos grandes desafios que se apresentam.

“O pico das nossas actividades este ano será a publicação do sétimo relatório do ITIEM até 31 de Dezembro e que cobrirá os exercícios de 2015 e 2016

Ana Klemens, que revelou o facto, afirmou que essa situação foi possível graças à aproximação que a ITIE permitiu entre o Governo e empresas do sector mineiro.

"Na mesma esteira de ganhos cita-se a decisão de publicar todos os contratos do sector extractivo, a introdução de uma plataforma informática aberta no sistema de cadastro mineiro, que permite a visualização de áreas disponíveis a partir de qualquer ponto do mundo e candidatura respeitando o princípio de 'primeiro a chegar, primeiro a ser servido', só para mencio-

semana, em Maputo, durante uma sessão extraordinária do Comité de Coordenação do ITIE, por ocasião de uma visita que o presidente da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva Internacional, Fredrik Reinfeldt, efectuou ao nosso país, classificou o relatório da ITIE de "documento público no país com informação contextual geral da indústria extractiva e sobre receitas, referente a um dado exercício económico, condensada e sintetizada, o que o torna didáctico e de consulta por excelência".

"Todavia, não é acessível à

cidente com o padrão da ITIE, esmiuçá-lo, tornando o seu conteúdo acessível às comunidades menos letradas, com primazia para as que se encontram em zonas com actividade mineira e petrolífera", frisou.

De referir que a visita de Fredrik Reinfeldt surge num contexto económico adverso.

À semelhança de outras áreas de actividade, a ITIE Moçambique teve ao longo de 2016 a maior recessão de actividades de sempre, sobretudo devido aos cortes e disponibilização tardia do parco orçamento que é destinado à implementação da

do término das plataformas de financiamento e preparação para a introdução de novas; e à reflexão interna das melhores medidas para garantir sustentabilidade na implementação da iniciativa sem prejudicar a sua composição, autonomia e fidelidade ao padrão internacional.

"Ao longo do ano de 2017, esperamos renovar a composição do Comité de Coordenação, cumprindo a previsão dos termos de referência e ajustar a representação do Governo à actual estrutura das áreas de governação, logo após o processo de validação, o qual acreditamos

país cumpridor", disse Leticia Klemens.

A governante acrescentou que os termos de referência se encontram em processo de revisão para que o Comité de Coordenação possa acomodar mais actores importantes na indústria extractiva.

Segundo ela, a angariação de capacidades para a efectivação do estudo e implementação do e-reporting é um dos grandes desafios que se apresentam.

"O pico das nossas actividades este ano será a publicação do sétimo relatório do ITIEM até 31 de Dezembro e que cobrirá os exercícios de 2015 e 2016

FREDRIK REINFOLDT

Validação importante para Moçambique

O PRESIDENTE da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva Internacional, Fredrik Reinfeldt, afirmou, por seu turno, que Moçambique vai entrar numa fase de avaliação, em Fevereiro próximo, um processo que poderá validar a manutenção do país como cumprido.

Segundo Reinfeldt, caso seja reconhecida a validação de Moçambique, o país terá ganhos que se consubstanciam no reconfe-

mento de potenciais investidores de que o mesmo cumpre com um padrão internacionalmente reconhecido.

Fredrick Reinfeldt acrescentou que até ao momento 51 países aderiram voluntariamente à ITI.

Moçambique aderiu à ITIE em 2009 e, em 2012, após a submissão do Segundo Relatório de Reconciliação obteve avaliação positiva do conselho de administradores.

Os resultados da próxima avaliação serão divulgados no sétimo relatório, cuja publicação deverá acontecer até 31 de Dezembro do ano em curso, cobrindo os exercícios de 2015 e 2016.

Para que o país continue a manter o estatuto de cumpridor, será necessário satisfazer os requisitos de um novo padrão da ITIE, aprovado na Sétima Conferência Global, realizada no ano passado no Peru.



Fredrik Reinfeldt



FÁTIMA MIMBIRE

Acção inédita

FÁTIMA Mimbire, membro do Comité de Coordenação do ITIE, em representação da sociedade civil, classifica a iniciativa de "muito importante, não só para Moçambique, como também para vários países que exploram recursos minerais".

"É uma iniciativa que proporciona uma plataforma de diálogo multisectorial que envolve o Governo, as empresas e a sociedade civil, e penso que isto é inédito, pois há poucas do género. Em Moçambique já tivemos o Observatório do Desenvolvimento, que envolve a sociedade civil e o Governo, mas faltava esta componente que é o sector privado", disse. Fátima Mimbire, que é igualmente membro do Centro de Integridade Pública (CIP), afirmou que a ITIE é "uma ferramenta muito importante que permite aos moçambicanos obter informação relevante sobre os recursos minerais.

"Se não fosse o ITIE não saberíamos, por exemplo, quanto é que as mineradoras Vale ou Jindal pagam ao Estado moçambicano;

ou quantos empregos criam com a exploração dos recursos, etc.", afirmou.

A fonte reconheceu, contudo, que existem vários constrangimentos, considerando, por exemplo, que a ITIE ainda não foi vista como uma plataforma que possa conduzir à reformas.

"Temos o grupo multisectorial que discute e produz relatórios e nada mais.

O que defendemos é que não deve ser assim, pois é preciso pegar no conteúdo dos relatórios e com base neles fazer as reformas necessárias para melhorar a governação. Por exemplo, temos a Conta Geral do Estado, porque não termos anexos nela sobre aquilo que é a contribuição das empresas por tipo de impostos que elas pagam num determinado ano?", explicou.

Fátima Mimbire lamentou igualmente o facto de a página web do Instituto Nacional de Minas não apresentar dados sobre quanto é o que se produziu no geral e depois se dizer quanto é que cada empresa gerou.